

**De:** Secretaria de Saúde – Gestão de processos

**Para:** Procuradoria Geral do Município

O presente processo administrativo versa sobre impugnação da empresa **EAGLE BUSINESS – PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI** em face do edital n. **47/2021** cujo objeto é a licitação para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de nutrição e alimentação destinada a pacientes, acompanhantes e funcionários do Hospital Municipal Raul Sertã, processo administrativo n. **16.957/2020**.

Considerando que a impugnação em foco quanto as atribuições desta gestão de processos se concentra tão somente quanto a **forma de contratação**, vimos por meio deste encaminhar os autos à douta Procuradoria Geral do Município para que se manifeste quanto a legalidade da mesma, cabendo ressaltar que as questões referentes a Comissão de Pregão II no que se refere as publicações, prazos e suspensão do certame já foram respondias.

  
**CÉRES LOURENÇO TEIXEIRA**

**Gestão de Processos**

**Mat: 062.195**

Processo: 15780/2021

Requerente: Eagle Business Prestadora de Serviços Eireli

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 047 de 2021 - Registro de Preços - Processo Licitatório n. 16.957/2020

Ilmo. Sr. Subprocurador de Processos Administrativos;

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa requerente em 28/06/2021 acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 047 de 2021 - Registro de Preços - Processo Licitatório n. 16.957/2020, que tem por objeto licitar a melhor proposta para prestação do serviço de nutrição e alimentação destinada a pacientes, acompanhantes, funcionários e outros autorizados nas dependências do Hospital Municipal Raul Sertã.

Inicialmente, cumpre informar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 02 de julho de 2021.

Em suma, a empresa alega em sua peça de impugnação a existência de irregularidades no sistema de publicação do edital do Município, o desrespeito aos prazos de publicação e escolha equivocada da forma de licitação, tendo em vista a escolha do sistema de registro de preços, que não se coaduna com serviços de natureza contínua ininterrupta, como o de alimentação hospitalar.

A Comissão de Pregão II, em decisão de fls. 41/48, recebeu a impugnação, eis que tempestiva e, no mérito, não acolheu as alegações da impugnante quanto à suposta irregularidade da publicação do edital e do prazo de publicação, sob o fundamento de que vigora a Lei Municipal n. 4.565/2017 que institui o Diário Oficial Eletrônico do Município de Nova Friburgo – DOENF como meio oficial de comunicação, publicação e divulgação dos atos administrativos, processuais e legais do poder executivo, sendo certo que o art. 4º, I da Lei n. 10.520/02 dispõe claramente que a publicação do aviso de licitação deverá ser feita no diário oficial do respectivo ente federado, cabendo a publicação em jornal de circulação local apenas quando não existir diário oficial no ente, o que não é o caso.

Afirmou, ainda, que as publicações do presente certame foram devidamente realizadas cumprindo todos os prazos e formas previstas em lei, e que os prazos começaram a contar a partir do dia 18/06/2021, encerrando-se no dia 29/06/2021, perfazendo 08 (oito) dias úteis publicados, conforme dispõe a lei, conforme avisos de publicação anexados ao processo licitatório, esclarecendo ter havido uma falha técnica de programação do sitio eletrônico da Prefeitura, onde as datas que apareciam nos campos “publicado em” e “atualizado em” estavam sendo alteradas sempre que algum interessado realizava o download dos arquivos do edital, gerando uma falsa informação, cujo erro foi comunicado ao setor técnico responsável, que já providenciou a devida correção.

Por fim, a Comissão de Pregão II encaminhou o procedimento à Secretaria de Saúde para manifestação do setor técnico quanto à alegada inadequação da utilização do sistema de registro de preços, tendo em vista se tratar de exigência disposta no termo de referência, documento de cunho eminentemente técnico.

A Secretaria de Saúde, às fls. 49, encaminhou os autos a esta Procuradoria-Geral para manifestação quanto à legalidade da forma de contratação, ressaltado que as questões referentes às publicações, prazos e suspensão do certame já foram respondidas pela Comissão de Pregão.



É o relatório.

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 28/06/2021 é tempestiva, em conformidade com o art. 41, § 2º da Lei n. 8.666/93, tendo em vista que a realização do Pregão estava marcada para 30/06/2021.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

De acordo com o item 28.2 do edital, cabe ao Pregoeiro responder os pedidos de esclarecimento/impugnação, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado

Verifica-se que o Pregoeiro respondeu a impugnação, não acolhendo os pedidos da impugnante quanto à regularização da publicação do edital e ao prazo de publicação, conforme fundamentação de fls. 41/48, tendo encaminhado o procedimento à Secretaria de Saúde para manifestação do setor técnico quanto à alegada inadequação da utilização do sistema de registro de preços, tendo em vista se tratar de exigência disposta no termo de referência, todavia, a Secretaria de Saúde não respondeu o questionamento, limitando-se a encaminhar os autos a esta Procuradoria-Geral para manifestação quanto à legalidade da forma de contratação.

Pois bem. As especificações técnicas contidas no processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e modalidade da modalidade da licitação são de competência da secretaria requisitante.

Verifica-se que a Secretaria de Saúde optou pela realização do certame por meio de Pregão Eletrônico via Sistema de Registro de Preços.

Como é de notório saber jurídico, no registro de preços, a licitação direciona-se a selecionar fornecedor e proposta para contratações não específicas, que poderão ser realizadas, por repetidas vezes, durante certo período.

Segundo orientação do TCU, o Sistema de Registro de Preços – SRP deve ser adotado preferencialmente quando:

- pelas características do bem ou serviço houver necessidade de contratações frequentes;
- pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração;
- for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho das atribuições;
- for vantajosa a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade ou a programas de governo.

Considerando que o órgão jurídico não possui o conhecimento técnico necessário para atestar se os bens/serviços a serem contratados podem ou não ser objetivamente definidos no edital e ostentar a qualidade de bens/serviços comuns, bem como atestar a necessidade ou não de contratações frequentes e demais orientações supracitadas, conclui-se que a decisão para escolher tal modalidade licitatória é inteiramente da área técnica.

A

Sendo assim, cabe à Secretaria de Saúde se manifestar quanto à alegação da impugnante acerca da inadequação do sistema de registro de preços para o objeto do certame.

Por todo o exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Secretaria de Saúde para manifestação de sua competência e, após, à Comissão de Pregão II para ciência e prosseguimento do certame, tendo em vista que os demais questionamentos já foram respondidos pelo Pregoeiro.**

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 02 de julho de 2021.

Laynne de Andrade Alves  
Assessora de Nível Superior II  
Subprocuradoria de Processos Administrativos  
Matr. 062.642

Visto De acordo  
06/07/21

Ana Paula Brito Jordão  
Procuradora Geral do Município  
Mat. 62.004



Estado do Rio de Janeiro  
**Município de Nova Friburgo**

PROCESSO Nº	15780/21
DATA	9 / 7 / 21
FOLHAS Nº	53
RUBRICA	

Processo: 15780/21 - 16957/2020  
Requerente: PJ Refeições  
Assunto: impugnação

À Comissão de Pregão II;

Os autos retornam após a juntada do parecer emitido pela Procuradoria Geral, que procedeu análise jurídico/legal da impugnação interposta pela empresa requerente.

Assim, considerando o parecer esta Secretaria entende que o Sistema de Registro de Preço está adequado, na medida que umas das condições que motivam o uso do registro de preço, qual seja, a imprevisibilidade do quantitativo é justamente o que motivou a decisão posta nos autos, tendo em vista precisar com exatidão a quantidade de alimentação para servir nosocomio publico diariamente, portanto, registra o preço é medida que se coaduna com o interesse público.

São estas as considerações que seguem para apreciação e adoção das medidas de estilo, com a rejeição da impugnação.

Nova Friburgo, 09 de julho de 2021.

**Nicole Ribeiro Lessa Cipriano**  
**Secretária Municipal de Saúde**  
**Matrícula 106.137**